

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.784 - MG (2019/0299120-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JACKSON ANTONIO ALVES MIRANDA MOREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JACKSON ANTONIO ALVES MIRANDA MOREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n.º 1.0000.19.071430-3/000.

Consta que o Recorrente foi preso em flagrante, em 10/06/2019, pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 157, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, por duas vezes, na forma do art. 70, todos do Código Penal, pelos quais foi denunciado, pois teria entrado em um estabelecimento comercial e, "*mediante grave ameaça, tentou subtrair coisas alheias móveis pertencentes a [...] e a [...], não concluindo seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade*" (fls. 52-53). A custódia foi convertida em preventiva às fls. 56-57.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, que teve a ordem denegada, em acórdão assim ementado (fl. 84):

"HABEAS CORPUS – ROUBO TENTADO – PRISÃO PREVENTIVA CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PRESENÇA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS CAPAZES DE JUSTIFICAR A CUSTÓDIA CAUTELAR – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – NÃO VIOLAÇÃO – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, devem ser as prisões preventivas mantidas, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. A presença de condições subjetivas favoráveis ao paciente não obsta a segregação cautelar quanto presentes os fundamentos para justificar sua manutenção. A análise de atenuantes, minorantes e causas especiais de diminuição de pena fogem da cêlere via do *habeas corpus*, só sendo possível quando da prolação de sentença, incabível a concessão da ordem por presunção, não se verificando,

# Superior Tribunal de Justiça

*portanto, ofensa ao princípio da proporcionalidade. Precedente STJ."*

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que: (i) o Paciente teria desistido voluntariamente da prática dos delitos em comento; (ii) o Acusado seria réu primário; e (iii) não estariam presentes na hipótese os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva.

Requer, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Verifico, em caráter perfunctório, que **não** estão presentes na espécie os requisitos autorizadores de concessão da pretensão liminar.

Em juízo de cognição sumária, observo que o Juízo singular, ao converter a prisão flagrancial em preventiva, consignou sua preocupação com resguardo da ordem pública, sobretudo ao destacar a **gravidade concreta da conduta** do Recorrente e o **fundado risco de reiteração criminosa** (fls. 56-57; sem grifos no original):

*"No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, ele foi apresentado em audiência de custódia em duas ocasiões, sendo que na última, em 09/06/2019, quando preso em flagrante pelo delito de furto qualificado, foi beneficiado com a liberdade provisória, mediante cautelares, dentre outras, a monitoração eletrônica. Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, consta do APFD que a vítima estava em seu estabelecimento comercial quando um indivíduo, adentrou o local, retirou de dentro de uma mochila um objeto semelhante a arma de fogo e anunciou o assalto, sendo certo, após perceber que estava na parte de fora da loja, onde haviam diversos transeuntes, o indivíduo evadiu o local, tudo a revelar a gravidade concreta do delito. Ato contínuo, a polícia foi acionada, iniciou rastreamento e logrou êxito na localização do indivíduo, que, ao perceber a presença militar, dispensou a mochila e a réplica de arma de fogo no chão, e tentou empreender fuga, mas foi detido e identificado como autuado Jackson. Cumpre ressaltar que consta nas declarações da vítima que ela reconheceu o autuado como autor do crime, o que sedimenta o fumus commissi delicti. O periculum libertatis no caso em apreço decorre da reiteração delitiva do autuado, quando no gozo de liberdade provisória, concedida há 3 dias, sendo certo que as medidas cautelares anteriormente impostas se mostraram inócuas em afastar o autuado da prática delitiva. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, vulnerabilizada com sua reiteração criminosa."*

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de

# *Superior Tribunal de Justiça*

abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, do andamento atualizado do feito; e a situação prisional do Recorrente, a serem instruídas com eventual chave de acesso necessária à consulta dos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

